

## **POR UMA GEOGRAFIA DOS “FEIOS, SUJOS E MALVADOS”**

**Carlos Alberto Feliciano - USP**  
[cacafeliciano@hotmail.com](mailto:cacafeliciano@hotmail.com)

“ Não conheço nenhum caso, na história do mundo, em que o tempo não dê razão àqueles que as autoridades costumam chamar de arruaceiros, inconformistas, de retrógrados (...) a história sempre acaba dando razão àqueles que se insurgem contra a prepotência do príncipe de plantão”.

(Carlos Heitor Cony, 1997)

Seguindo às palavras do escritor Carlos Heitor Cony, começamos a entender os camponeses e sua rebeldia no campo brasileiro. É justamente, por estarem questionando pontos fundamentais da nossa estrutura agrária, que são considerados, baderneiros, malvados, arruaceiros. O título desse trabalho remete-nos a uma obra prima do cinema italiano, denominado “Feios, sujos e Malvados”, onde o cineasta Ettore Scola, através de uma comédia social crítica, filmada em 1976, relata o cotidiano duro e grotesco de uma família que sobrevive em uma favela na periferia de Roma. O filme e justamente seu título (Brutti, Sporchi e Cattivi) nos fizeram refletir sobre a imagem que a grande mídia constrói sobre os movimentos camponeses no Brasil.

A atuação dos movimentos camponeses não é um fenômeno construído em nosso presente. Os movimentos perduram e resistem desde o processo violento de ocupação e expansão do desenvolvimento capitalista no campo. A história revela fatos que deixaram e deixam todos perplexos pela tamanha brutalidade que se sucederam no campo brasileiro

Os indígenas foram os primeiros a conhecerem a violência com o processo de colonização. Nessa procura por novos espaços e principalmente riqueza, cerca de 5 milhões de índios foram dizimados. O contato violento com a sociedade branca, foram reduzidos a cerca de 220 mil (OLIVEIRA, 1996). Outro personagem dessa história de violência, que sofreu barbáries, foi o escravo negro. A luta contra a escravidão cresceu tanto que desta contradição do capitalismo surgiram os quilombos, terra da liberdade, do trabalho coletivo, do trabalho contrário às regras do jogo do capitalismo colonial e que por isso, era alvo de destruição da elite. E assim, os camponeses foram vítimas de ataque e destruição a quem ia contra a lei do capitalismo e a favor do trabalho comunitário, contra a ordem vigente e a favor da liberdade. Canudos (BA), Contestado (SC), Teófilo Otoni (MG), Revolta de Porecatu (PR), Trombas e Formoso (GO), Revoltas do Sudoeste do Paraná (1957), Santa Fé do Sul (SP), Ligas Camponesas, Fazenda Santa Elina, Corumbiara, Eldorado dos Carajás e outras. Foram lutas pelo direito à terra, pelo direito ao trabalho, pelo direito à vida.

Mesmo sofrendo ações violentas por parte de fazendeiros, usineiros, pelo Estado os camponeses não ficaram passivos durante toda essa história. A ação e a organização desses trabalhadores do campo marcaram a resistência no território.

Desde o século XX, as lutas camponesas só confirmam a necessidade de uma redistribuição de terras e uma política agrícola justa. Com todo um histórico secular de concentração de terras, o movimento camponês vem acompanhando e se firmando como contradição e oposição a este estado geral (consciente disso, ou não).

Em meados da década de 50 surgiu um movimento camponês que cresceu em escala nacional: as Ligas Camponesas<sup>1</sup>. Elas surgiram da necessidade de organização, devido ao aumento do foro (arrendamento) pelos proprietários de terras na Zona da Mata, em Pernambuco.

No período do regime militar, a repressão e violência, foram tomadas como necessárias e imprescindíveis à implantação do “progresso” no Brasil. Tanto que a maioria das lideranças camponesas “foram desaparecidas”. Segundo dados da CPT/MIRAD/CONTAG, organizados por Oliveira (1996), de 1964 a 1984 o número de mortos no campo chegou a 874. Através dos grandes projetos governamentais, os militares, com uma tática de suprimir e tirar de cena os conflitos que se manifestavam no Nordeste, acabaram estimulando os movimentos migratórios rumo à Amazônia, na tão comentada propaganda, *“Amazônia: terra sem-homens, para homens sem-terra”*, ampliando e aumentando consideravelmente a violência na região.

Nesse contexto, na década de 70, uma facção progressista da igreja católica (Teologia da Libertação) começou a intervir na questão da luta pela terra. A igreja católica começou uma discussão profunda em sua forma de agir perante a sociedade. Segundo Dom Tomás Balduino (2001), por volta de 1965, *“a igreja que vai ao mundo, é também o mundo que irrompe dentro da igreja”*. Em 1968, na Conferência de Medellín e, posteriormente, em Iquito em 1971, iniciou um movimento dentro da Igreja Católica que possuía um entendimento diferente com relação às posturas reproduzidas na época, de um modelo baseado na Igreja européia. Há uma redefinição do seu papel com relação ao grupo trabalhado: *“O pobre não é mais entendido como objeto de nossa ação caritativa. Pobre é sujeito, autor e destinatário de sua própria história”*.

Foi nesse contexto, do movimento da Teologia da Libertação, que gestou-se o CIMI – Conselho Indigenista Missionário, em 1972, e a CPT, em 1975. A Comissão Pastoral da Terra organizou e organiza junto com os trabalhadores, caminhadas, protestos, etc e, para além disso, iniciou um processo de construção de uma conscientização e sentido de identidade camponesa, na luta pela obtenção de seus direitos. Porém, nem todos acreditavam que esses padres eram a imagem de Cristo na terra e, em decorrência disto, muitos religiosos foram assassinados. Nesse período, instalou-se no campo o assassinato qualitativo. Foram padres, advogados, intelectuais, lideranças sindicais que clamaram, junto com os camponeses, por justiça, cidadania e Reforma Agrária. Vários são os episódios de violência: por exemplo, Padre Josimo, Padre Rodolfo Lunkenbein, Padre João Burnier, o advogado Eugênio Alberto Lyra Silva, e outros.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> A origem dessa expressão surge de um movimento de horticultores da região de Recife organizados pelo Partido Comunista do Brasil, durante sua legalidade na década de 40. (Oliveira, 1996).

<sup>2</sup> Ver OLIVEIRA, A. U.– “A geografia das lutas no campo”. 6ª ed. São Paulo. Contexto, 1996 (Coleção Repensando a Geografia).

Com o processo de democratização no país a partir de 1985, a violência no campo aumentou assustadoramente. No início do governo “democrático” foram aniquilados mais camponeses do que nos governos militares. Com a proposta do 1º PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) de assentar 1,4 milhão de famílias, a “Nova República” esqueceu de pedir autorização à tradicional elite agrária, que compunha (e compõe) uma parte significativa no Congresso Brasileiro, sendo sua efetivação ínfima, assim como as discussões na elaboração da Constituição de 1988.

A década de 90 do século XX também revelou números assustadores com relação à violência no campo. Tanto no campo como na cidade, a violência se manifestou através das chacinas. Chacina da Candelária, do Carandiru, chacina de Corumbiara, de Eldorado dos Carajás, dos Yanomami. Considerando como chacina, a partir de três assassinatos numa mesma data, a CPT (Comissão Pastoral da Terra) registrou 09 episódios na década de 90<sup>3</sup>. O número de mortes foi de 66 pessoas (inclusive menores de 18 anos) e como marca da violência, a Região Amazônica mais uma vez está à frente com 08 chacinas, totalizando 59 mortos.

Esta é a face perversa do Brasil. Construindo e revelando essas contradições inerentes ao processo de produção e reprodução do capital. Executando e recriando ao mesmo tempo. Se não, como explicar ou teorizar a presença incômoda destes camponeses? E mais, como um modelo de desenvolvimento econômico tão avançado pode conviver com ações típicas da barbárie como a violência?

Atualmente os movimentos sociais no campo brasileiro têm origens diversificadas, mas com a mesma finalidade. A diversidade dos movimentos sociais deu-se com a entrada desses novos personagens em cena (Sader, 1988), principalmente a partir da década de 80, o que nos fez compreender que a formação do movimento camponês ocorreu em momentos históricos distintos.

A luta dos posseiros pelo acesso à terra liberta, de trabalho que vem desde a década de quarenta demonstrou o desejo do camponês em não proletarizar-se. Essa manifestação foi materializada através da migração rumo às fronteiras em busca de sua condição de trabalhador-camponês. Mas foi com a formação da Comissão Pastoral da Terra na década de 70 que esses camponeses até então desunidos passaram a vislumbrar novas possibilidades e resistências, materializadas via “roças comunitárias”, construindo um processo coletivo de defesa da posse da terra. (OLIVEIRA, 1996).

Uma outra frente de luta que entrou em cena foi a participação dos seringueiros da Amazônia, através das reservas extrativistas. No início da década de 80 os seringueiros da Amazônia, mais precisamente do Acre iniciaram uma luta pela preservação da floresta, que estava intrinsecamente ligada à sua sobrevivência e subsistência. A estratégia de luta adotada pelos seringueiros materializou-se através dos empates. A reivindicação principal dos seringueiros da Amazônia é “a demarcação das áreas onde os povos da floresta possam viver da coleta dos frutos das matas e da terra mantida como propriedade da União e não transformada em propriedade privada e os seringueiros tenham o usufruto das áreas.” (OLIVEIRA, 1996).

Marcando a diferencialidade das lutas e movimentos sociais no campo, o movimento dos bóias-frias, surgiu na década de 80 com o próprio desenvolvimento do capitalismo baseado nas relações de produção e de trabalho via assalariamento. Com a venda de sua força de trabalho para as empresas

---

<sup>3</sup> Setor de Documentação da CPT/Nacional – Abril/1996.

capitalistas, os trabalhadores assalariados (bóia-fria) agora separados do local de trabalho (campo) e o lugar da morada (cidade), iniciaram uma luta contra a exploração, em busca de melhores condições de trabalho e ganhos salariais. Os partidos políticos e as centrais sindicais tiveram um papel na formação dessa conscientização dos trabalhadores assalariados rurais.

As greves aconteceram em várias regiões brasileiras, (na zona da mata pernambucana e paraibana, no interior de São Paulo, no sul de Goiás, Triângulo Mineiro, norte do Paraná e Mato Grosso) justamente nas grandes áreas de cultura da laranja, cana de açúcar, café etc.

Uma outra frente de luta que também merece ser mencionada é a do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Essa luta deu-se com o início da construção dos grandes complexos hidrelétricos na década de 70, onde grandes áreas deveriam ser desapropriadas e os camponeses deveriam sair rapidamente do local de morada, deixando suas casas, terras e um conjunto de relações sociais e espaciais já estruturadas.

A partir dessa perda das relações de sobrevivências e de trabalho a identidade desses camponeses ficou fragilizada, criando nos camponeses a necessidade de se organizarem na luta pelo reassentamento, por indenizações e *“inclusive levando suas experiências para contribuir na organização de outros grupos antes da obra ser construída, de modo que estes passavam a ser sujeitos políticos, capazes de decidir sobre o destino de suas regiões e de suas vidas”*. Com essa experiência e conhecimento acumulado deu-se início também a formação de um outro movimento: o MOAB (Movimento dos Ameaçados pelas Barragens).

Apesar da grande concentração e formação dos novos movimentos sociais no campo na década de 70/80, como já foi mencionado anteriormente o movimento camponês foi/é construído, e deve ser entendido por seus momentos históricos distintos, com suas particularidades e especificidades políticas, econômicas, sociais e espaciais.

A frente de luta que atualmente conquistou maior espaço nas discussões sobre reforma agrária e luta pela terra, foi o movimento dos sem-terra, tendo o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como o protagonista dessa luta. Esse movimento camponês está baseado através de três eixos de ação: ocupação, acampamento e assentamento rural.

Portanto, compreender a luta pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil, é compreender antes de tudo a formação do território pelas suas desigualdades e singularidades. Interpretar, discutir e compreender como se dá essa configuração no território, é um dos papéis fundamentais da Geografia.

Foi através da espacialização da luta camponesa no Brasil que o MST articulou sua participação nessa possibilidade de construção de um movimento camponês mundial, materializado atualmente através da Via Campesina. A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, de trabalhadores agrícolas, mulheres e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. É um movimento autônomo, pluralista, independente de denominações políticas segundo informações extraídas de sua página na Internet. Atualmente os movimentos e organizações membros da Via Campesina, estão territorializados mundialmente.

Para refletir um pouco mais sobre essas frações de tempo e espaço desiguais tanto no movimento camponês, quanto em relação ao Estado, poder público e proprietários de terras optamos em estudar esses fenômenos tendo como campo de estudo a atuação e formação do movimento camponês no Estado de São Paulo.

Observando momentos da luta camponesa no estado de São Paulo, e das leituras de outros estudos, esta pesquisa chegou a mais indagações do que certezas. Foi por esse motivo que surgiu a necessidade de discutir sobre a possibilidade de estarmos em pleno processo de formação do Movimento Camponês Moderno no Estado de São Paulo.

O Movimento Camponês Moderno não é um novo movimento que surgiu no campo, como também não é dissidência de nenhum outro. Pensamos a formação do Movimento Camponês Moderno em seu sentido amplo, sem uma sigla, partido ou organização. Mas ao mesmo tempo e contraditoriamente, com todas as siglas, partidos e organizações.

O conceito do moderno foi agregado ao movimento camponês, por se tratar de um componente novo construído durante esse processo de luta. O camponês sem-terra não é o mesmo de décadas anteriores, como muitos estudiosos procuram descrever. A noção de modernidade também foi transposta e acumulada durante vários anos de luta pelo acesso a terra. O camponês isolado e desinformado da realidade, de fato, nunca existiu. O que há no Brasil são formas desiguais e injustas de acesso às informações, serviços e tecnologias.

O sociólogo Sauer (2003) faz uma análise interessante sobre a modernidade na luta pela terra, onde:

*“a luta pela terra não pode ser compreendida, portanto, como uma ‘volta ao passado’, nem como uma tentativa de preservar ‘resquícios bucólicos’(Ianni, 1997) ou de construir a utopia da comunidade agrária’(Carvalho, 2000). Não se trata, no entanto, de simplesmente identificar processos sociais e simbólicos, decorrentes da mobilização e da luta pela posse da terra, com transformações recentes no contexto da modernidade. A luta pela terra constitui sujeitos históricos, impedindo que seja classificada como movimento social arcaico ou antimoderno”*

Entre o período de 1981 a 2005 (outubro) ocorreram mais de 370 ocupações no campo paulista, totalizando mais de 90 mil famílias de camponeses sem-terra. Surgiram cerca de 25 novos movimentos/organizações envolvidas nesse processo de luta pela terra e pela Reforma Agrária.

No mapa 01 com informações sobre a atuação do movimento camponês no período de 1981 a 2002, podemos observar que as áreas notadamente mais conflituosas estão concentradas nas regiões oeste (Região Administrativa de Presidente Prudente – Pontal do Paranapanema) e centro/noroeste (Bauru e Araçatuba) do estado de São Paulo. Porém, observa-se que em quase todas as regiões administrativas houve em algum momento desse período, ocupações de terra. Vale lembrar que estamos discutindo somente sobre os conflitos agrários oriundos das formas de organizações coletivas de famílias camponesas sem-terra. Não está vinculado nesse contexto, os conflitos de posseiros, arrendatários, atingidos por barragens, comunidades quilombolas e caiçaras, embora os reconheça como sujeitos importantes para a compreensão da realidade agrária.

A concentração das ocupações nestas regiões citadas está vinculada principalmente à grilagem de terras (Pontal do Paranapanema) e ao alto índice de improdutividade (principalmente na região centro/noroeste). Na região oeste de São Paulo, mais precisamente no Pontal do Paranapanema, as grilagens de terras até hoje são questionadas pelos camponeses sem terra.

O Pontal do Paranapanema que possui através de seus limites físicos, o rio Paranapanema (fronteira com o estado do Paraná), o rio Paraná (fronteira com o Mato Grosso do Sul) e o rio do Peixe (que o separa da região da Alta Paulista), passou por um intenso processo de grilagem de terras desde o início do século XX. Segundo o ITESP, essa região possui cerca de 231 mil hectares de áreas devolutas, portanto pertencentes ao governo estadual, sendo que a maioria delas estão ocupadas irregularmente pelos fazendeiros. O Movimento Camponês viu nessa irregularidade, a possibilidade de luta para sua recriação. Por isso sua atuação é forte nessa região.

O Pontal do Paranapanema atualmente (outubro de 2005) é a região com o maior número de acampamentos (47) e famílias acampadas (4.300) no Estado de São Paulo. Foi também, onde surgiu uma grande quantidade de novos movimentos de camponeses sem-terra. Entre os anos de 1995 a 1998 houve um *boom* de outros novos movimentos (cerca de 10), em sua maioria grupos que surgiram a partir de divergências políticas e organizativas de dentro do MST.

Hoje (dez 2002) atuam nessa região 11 movimentos de camponeses sem-terra: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), Movimento Terra Prometida (MTP), Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasil (MTRSTB), Movimento Terra e Pão (MTP), ARST – Associação Renovação Sem terra, MBUQT- Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra, UNITERRA, Movimento Terra Brasil (MTB) e Movimentos Independentes, MTV – Movimento Terra é Vida, SINTRAF (Sindicato Agricultura Familiar).

Como pode ser observado no mapa os movimentos mais atuantes, em relação ao número de ocupações e número de famílias, são o MST e o MAST. O MAST – Movimento dos Agricultores Sem Terra, transformou-se como o principal oponente ao MST nessa região, quando agregou em 1998 grande parte dos movimentos surgidos de dissidências. A atuação de outros movimentos também é relevante nesse processo, pois demonstra que não há apenas uma forma de luta, e sim uma luta única, cuja finalidade é democratizar o acesso à terra. Revelam a diversidade do movimento camponês em construir seu próprio caminho, baseado nos princípios da liberdade e autonomia.

A Região Administrativa de Araçatuba, que compreende os municípios da região de Andradina foi cenário das primeiras lutas pela terra no estado de São Paulo, com a resistência dos posseiros da Fazenda Primavera. É atualmente a segunda região com maior número de ocupações e acampamentos de camponeses sem-terra (42) com aproximadamente 2.411 famílias.

Nessa região o principal questionamento do movimento camponês remete-se à questão da improdutividade das fazendas. Não é um questionamento que está ligado diretamente ao governo estadual, pois as terras têm domínio particular. Cabe somente a União, através do INCRA, vistoriar fazendas com indicativo de improdutividade e, quando comprovada, iniciar processo de desapropriação para fins de Reforma Agrária.

A presença de movimentos independentes nessa região é marcante. Apesar do número de famílias ser bem menor, a identidade como movimentos independentes é bem maior do que em outras

regiões do estado de São Paulo. Possivelmente a explicação para esse fenômeno pode estar relacionada com a facilidade em se trabalhar com um número reduzido de famílias, mas por outro lado são as grandes ocupações que conquistam notoriedade na mídia brasileira. Nas visitas a essa região, pudemos notar que o sentido e os laços de unidade do grupo é bem mais sólido. Quase todos já se conhecem, sabem sobre suas trajetórias, afinidades, contradições etc. Pensamos que o maior problema encontrado por esses movimentos, é a dificuldade em se articular em momentos de tensão ou quando requer uma ação mais propositiva do grupo (quando é necessário participar de uma reunião, em negociações nos momentos de reintegração de posse, etc), justamente pelo fato de serem grupos pequenos com atuação localizada e apoio político mais restrito.

Uma outra leitura também pode ser realizada ao observarmos o mapa da Geografia do Movimento Camponês no final do século XX: as regiões de atuação dos movimentos/organizações.

O MST por exemplo, está presente em todas as regiões onde há concentração de acampamentos. Isso fica nítido ao observarmos o mapa. Apesar de encontrar muitas barreiras, na maioria das vezes conseguem o que Fernandes (1996) denominou de espacialização e territorialização da luta pela terra. Por exemplo, a região de Ribeirão Preto, Barretos, Franca e Araraquara segundo OLIVEIRA (1999) e THOMAZ (1996) apresentou um processo de territorialização do capital no caso da cana-de-açúcar e monopolização do território no caso da laranja <sup>4</sup>. A partir dessa territorialização e monopolização do capital, ocorreu uma resistência à chegada do MST ou de outros movimentos de camponeses sem-terra, demonstrando para a sociedade em geral a grande capacidade de produção desses setores. Mesmo com essas dificuldades o movimento camponês está se espacializando e territorializando na região.

Essa região, apregoada como uma das mais ricas do estado de São Paulo criou com a mecanização do corte da cana, um aumento considerável de desempregados no campo. Apesar dessa região apresentar potencialidades em agregar famílias desempregadas, com origem e vínculo com a agricultura, as dificuldades encontradas pelo movimento camponês estão ligadas ao discurso da produtividade e eficiência tecnológica.

Como o questionamento das propriedades com relação à produtividade são inadequados e facilmente derrubados, o MST iniciou uma discussão sobre a função social da terra, baseado no artigo 186 da constituição federal, que compreende três requisitos para seu cumprimento: a utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente; a observância das disposições trabalhistas e a exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e trabalhadores. Essa atuação é diferente da FERAESP, que é atualmente (out 2005) a organização que possui o maior número de ocupações (05) e famílias acampadas (cerca de 450) nessa região. O foco das atenções desses camponeses estão centrados no questionamento de áreas públicas estaduais que estão abandonadas ou que não cumprem com sua destinação (exemplo, Estações Experimentais, Hortos Florestais etc).

A área de atuação da FERAESP está localizada principalmente nessa região norte e nordeste do Estado, organizando trabalhadores rurais desempregados e camponeses expropriados com o processo de territorialização do capital.

---

<sup>4</sup> Ver OLIVEIRA, A. U. 1999 e THOMAZ, A. 1996

O movimento dos camponeses sem-terra autodenominados como independentes, apesar de estarem mais concentrados na região de sudoeste do estado, podem surgir em qualquer região. Isso é explicado pelo fato de sua formação estar intrinsecamente ligada a um processo de divergência dentro de outro movimento, podendo acontecer a qualquer momento, dependendo das relações sociais construídas dentro acampamento.

Nessa discussão não é somente o número de famílias, ocupações e acampamentos que importa. Mas em nosso entendimento, o fator principal é o questionamento da estrutura fundiária, da propriedade improdutiva, e da função social da terra. São por esses eixos que podemos entender a Geografia das ocupações e do movimento camponês no estado de São Paulo. Não é por acaso que as ocupações de terras ocorrem no sentido das principais vias de circulação do estado, como pode ser interpretado no mapa, ou próximos de centros urbanos como Bauru, Ribeirão Preto, Presidente Prudente, São José dos Campos, Campinas e São Paulo.

O que está em evidência é a disputa por uma parcela do território, e como bem relata Raffestin (1993, p. 60): “o território é um espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos”. Portanto, conquistar uma parcela do território é adquirir o trunfo de produzir e reproduzir sua produção, seja ela baseada nas relações capitalistas ou não-capitalistas de produção.

Após essa leitura da formação do movimento camponês o Estado de São Paulo, vale levantar as conquistas dos camponeses sem-terra nessa disputa por uma parcela do território. Segundo o ITESP, no período de 1981 até dezembro de 200, foram assentadas no estado de São Paulo, cerca de 10.020 mil famílias de camponeses sem-terra, através de 165 projetos de assentamentos rurais. Um número pequeno com relação à somatória de todas as famílias que participaram de ocupações de terras no estado de São Paulo, nesse mesmo período.

Tabela 01– Conquistas camponesas no estado de São Paulo – 1979 a 2005.

Período Governamental	Ocupações	Famílias acampadas	Projetos de Assentamentos	Número de lotes (famílias)	Área total (ha)
Paulo Maluf (1979 a 1982)	02	53	01	210	3.676,74
Franco Montoro (1983 a 1986)	18	1.669	16	1.288	26.367,36
Orestes Quércia (1987 a 1990)	9	2.167	12	1.380	35.041,31
Antonio Fleury Filho (1991 a 1994)	21	11.331	07	551	9.052,22
Mário Covas 1º mandato (1995 a 1998)	99	12.333	83	4.315	95.490,00
Mário Covas 2º mandato (1999 a 2002)	118	16.298	28	1.401	30.503,59
Geraldo Alckmin (2003 a 10/2005)	144	11.045	18	664	16.617,19
<b>Total</b>	<b>411</b>	<b>54.896</b>	<b>165</b>	<b>9.812</b>	<b>213.748,41</b>

Fonte: ITESP, 2005.

Org.: FELICIANO, C. A. , 2005



Como pode ser observado na tabela 01, o número de Projetos de Assentamentos Rurais só aumentou em decorrência do crescimento do movimento camponês sem-terra no estado. Do governo de Luiz Antonio Fleury Filho (1991-1994), para o primeiro mandato de Mário Covas (1995 a 1998) o número de ocupações saltou de 21 para 99 ocupações, tendo um pequeno aumento no número de famílias.

O governo federal, sob a presidência de FHC, divulgou sua grande façanha em criar o maior número de Projetos de Assentamentos Rurais do Brasil (cerca de 3800 projetos, com o assentamento de 379.000 famílias). Nessa mesma perspectiva, o governo estadual, também vinculado ao mesmo partido e política do governo federal alardeou sua ação com relação a sua política agrária, com o assentamento de 5.716 famílias. Isoladamente pode parecer muito, mas deve-se considerar que em oito anos de governo, o estado de São Paulo, totalizou mais de 28 mil famílias acampadas, lutando por uma parcela do território. Das famílias que reivindicaram o acesso à terra, menos de 25% foram assentadas.

Já no governo Alckmin, resultados concretos foram poucos visíveis. Em seu programa de política de assentamento rural, fora previsto como meta até o final de 2005 assentar 1400 famílias somente no Pontal do Paranapanema. No período de 2003 a nov de 2005 foram assentadas cerca de 664 em todo estado. E como pode ser observado pela tabela, ainda há mais de 11 mil famílias acampadas no estado sendo aproximadamente 50% destas famílias acampadas na região do Pontal do Paranapanema.

Compreendemos então, que a característica principal do campesinato brasileiro é sua diversificação; ainda pouco estudada na proporção de sua complexidade. E por estarmos em seu pleno processo de formação, não sabemos de fato sobre suas potencialidades futuras. Temos indícios da realidade que os camponeses nos fazem ver.

A realidade nos mostra a permanência da concentração fundiária no Brasil, e contraditoriamente a recriação de relações não-capitalistas de produção. O entendimento da questão agrária brasileira passa necessariamente pela observação desse fenômeno. Pois é pela concentração da estrutura fundiária e também tentativa política de implementação de um único modelo de desenvolvimento para a agricultura, que pudemos compreender a formação do movimento camponês sem-terra no Brasil.

A questão da reforma agrária sempre esteve presente nos planos políticos dos governos brasileiros. Isso revela que o problema fundiário está longe de ser resolvido. Pois não há um planejamento para o campo, que possa incorporar todos os segmentos presentes na agricultura brasileira. A maioria das políticas públicas estão necessariamente ligadas ao desenvolvimento e apoio de um modelo de agricultura baseado nas grandes produções, direcionadas principalmente nas exportações.

Em vários momentos da pesquisa apontei características que poderiam ser adotadas como os elementos estruturais de movimento camponês: autonomia, liberdade, diversidade, recuo, modernidade, mobilidade, mudança, unidade e resistência.

Temos a noção de que ainda fazem-se necessárias mais pesquisas para podermos, então, sistematizar e conceituar sobre os elementos de formação do movimento camponês no Brasil.

A diversidade do movimento camponês revelou-se como uma das características principais para entender esse fenômeno. Por exemplo, o estado de São Paulo chegou a agregar mais de vinte

movimentos de camponeses em um período de vinte anos. Cada um apresentando sua definição política, ora, “*clarevidentes*”, ora difusos. O que pudemos captar com esses movimentos é sua grande capacidade de acreditar e lutar por uma mudança em suas vidas. Um anseio acumulado de anos de poder enfim, ter a possibilidade de decidir sobre seu trabalho, seu tempo e espaço.

Bibliografia:

FELICIANO, C. A – O Movimento Camponês Rebelde e a Geografia da Reforma Agrária. Dissertação de Mestrado (2003), USP.

FERNANDES, B. M. MST – Espacialização e Territorialização – Editora Hucitec, São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, A. U. – A geografia das lutas no campo. Editora Contexto, São Paulo, 1996.

SAUER, S. A. – A luta pela terra e a reinvenção do rural. Trabalho apresentado no XI Congresso Brasileiro de Sociologia. Campinas, 2003

THOMAZ JR., A - Por trás dos canaviais, os (nós) da cana. Tese de Doutorado, USP, 1996.